A LEI 10.639/03: REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO ESCOLAR

Sulamita Rosa da Silva[1]

Maria Irinilda da Silva Bezerra[2]

1 Introdução

Desde o Brasil colônia, o negro tem sido marginalizado pela sociedade. Os escravos vinham através dos navios negreiros, sendo exportados como mercadorias para trabalharem em diversos setores de produção de maneira exploratória. Assim, mesmo após a independência do Brasil, o sistema escravocrata continuou como uma das principais atividades econômicas do país e da exploração capitalismo-mercantilista desenvolvidas no seu interior.

Portanto, a trajetória histórica do negro no Brasil foi marcada por processos excludentes e discriminatórios, que se repercutiram ao longo dos anos. Desse modo, o preconceito, a discriminação e o racismo foram sendo construídos ao longo dos anos contra a população negra, assim, mesmo a abolição da escravatura e a erradicação do tráfico de escravos não foram capazes de evitar que os processos de desigualdades raciais se repercutissem em várias instituições, sobretudo, dentro espaço escolar.

Nesse sentido, é relevante trabalhar com a inclusão da história afro-brasileira e africana dentro dos currículos escolares, pois o educador poderá levantar reflexões a respeito da diversidade cultural em sala de aula, do respeito às diferenças e as pluralidades étnicas e culturais, tendo em vista contribuir para uma possível diminuição do preconceito e do racismo presentes nas diversas instituições escolares. Assim, com vista na ampliação de discussões a respeito da história dos negros no Brasil, a legislação atual tornou obrigatória a inclusão do ensino da História e Cultura afro-brasileira nos currículos escolares, por meio da Lei 10.639/03. Pretende-se por meio da implementação desta, que os alunos compreendam a participação do negro na construção da nação, suas lutas sociais, sua história e cultura e os processos de desigualdades existentes que estão atrelados ao contexto histórico marcado por perdas e segregações.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a Lei 10.639/03 e sua influência no currículo escolar. Como objetivo pretendemos analisar o contexto histórico da Lei 10.639/03 e sua implementação no currículo de uma escola estadual do município de Cruzeiro do Sul/Acre. O presente estudo adotará uma abordagem qualitativa por

[1] Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Acre/ Campus Floresta. E-mail: Sulaczs.sr@gmail.com
[2] Professora Doutora da Universidade Federal do Acre/ Campus Floresta. E-mail: Irinilda@bol.com

meio do estudo bibliográfico e da análise documental no Projeto Político Curricular[3] de uma escola da rede municipal do município de Cruzeiro do Sul, Acre, a fim de analisar se a história e a cultura afro-brasileira estão inclusas no currículo da escola pesquisada.

Nosso embasamento teórico foi buscado nos seguintes autores: Banks (2006), Guimarães (2002), Oliveira (2006), Pinto (2002), Ponciano (2011), Seyferth (2002), Silva (2006), entre outros autores que apresentam estudos referentes ao tema em questão.

2 A Lei 10.639/03: Analisando seu contexto de criação

Durante muitos anos, devido ao período escravocrata ter sido instaurado, os negros eram vistos como seres atrasados, que não contribuíam com o processo de desenvolvimento do país. Assim, teorias baseadas no darwinismo social segundo Seyferth (2002) foram criadas no sentido de consolidar ainda mais as desigualdades raciais existentes na sociedade.

No entanto, ainda sim havia a existência de alguns movimentos e rebeliões dos negros na luta contra o racismo e a discriminação, reivindicando por melhores condições sociais. Todavia, sabemos que durante o período escravocrata, as rebeliões em favor da liberdade dos escravos eram severamente reprimidas. Somente no alvorecer da República, que os movimentos negros começaram a ter uma maior base e organização. Esses movimentos foram de suma importância para a população negra, pois foi através deles que várias legislações foram criadas, a fim de garantir-lhes o acesso a uma educação de qualidade, ao mercado de trabalho, e uma melhor ascensão social. Dessa forma, o movimento negro segundo Domingues (2007) pode ser classificado como:

> [...] a luta dos negros na tentativa de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes de preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro a "raça" ,e, por conseguinte, identidade racial, não é so usada como elemento de mobilização, mas também de mediações das reinvindicações políticas. (p. 102).

Dessa forma, a raça era o fator determinante nos movimentos negros, que foram de suma importância para a população afro-brasileira. Podemos citar algumas organizações que mais se destacaram nos anos 30, o que segundo Guimarães (2002) foram: A Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN). Essas organizações tinham em vista a luta antirracista, para

[3] Projeto Político Curricular. Ano 2015.

Domingues (2007), o primeiro movimento era voltado à participação do negro na política e o segundo movimento foi relacionado às manifestações artísticas e culturais, valorizando a negritude e abrangendo também a propagação de cursos de alfabetização, fundação de institutos, museu e a organização do I Congresso do Negro Brasileiro.

No entanto, com a instauração da ditadura militar no Brasil, essas organizações foram extintas. O período ditatorial foi caracterizado pela repressão as diversas formas de manifestações sociais, oprimindo e ocultando as mazelas da sociedade brasileira. Somente no período de redemocratização, que os movimentos negros voltaram a ter voz, e em 1978 com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), que defendia a desmistificação da democracia racial, lutas contra o racismo e exploração do trabalhador, a luta pela introdução da História dos negros nos currículos das escolas, entre outras propostas. Assim, o movimento negro:

> [...] passou a intervir amiúde no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil e, por fim, erigiu-se a bandeira da inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares. Reivindicava-se, igualmente, a emergência de uma literatura "negra" em detrimento à literatura de base eurocêntrica. (DOMINGUES, 2007, p.115-116).

Assim, houve a luta pela inclusão da história dos negros nos currículos, pois durantes muitos anos os conteúdos escolares eram descritos de maneira estereotipada, discriminando as imagens dos negros e enfatizando a cultura eurocêntrica como predominante. Ainda hoje, devemos nos atentar na seleção de bibliografias nas escolas, para que estas não venham reproduzir ainda mais o racismo e a discriminação raciais ainda existentes na contemporaneidade. Desse modo, como afirma Pinto (2002):

> No que diz respeito ao segmento negro, por exemplo, já existe uma bibliografia que aponta para fatos como ausência ou representação estereotipada e negativa dos livros didáticos, restrições que lhes são impostas por participarem ou desempenharem certas funções em eventos escolares, ocorrências no cotidiano escolar que o ridicularizam e o desvalorizam e que vão desde brincadeiras dos colegas e dos apelidos depreciativos as suas características físicas [...]. (p.106).

Nesse sentido, para que houvesse a criação de leis que fiscalizassem os livros didáticos, foi necessário o levante de vários movimentos e lutas em prol da inclusão da história dos negros nos currículos de uma maneira mais significativa, destacando a importância dos negros na constituição da sociedade brasileira e de sua cultura no caráter identitário da nação, desmistificando assim, o etnocentrismo e o mito da democracia racial, que pregava a não existência de discriminações raciais, nos currículos escolares. Como resultado dessas manifestações sociais, foi criada a Lei 10.639/03 durante o mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, alterando os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornando obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileira nas instituições escolares, como assim podemos notar pelo artigo da referida Lei :

> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
>
> § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
>
> § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.
>
> Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra. (BRASIL, 2003).

Nesse sentido, como afirma Silva (2006), com a criação da Lei 10.639/03 ocorreu a obrigatoriedade quanto ao ensino da história dos negros nas instituições escolares, resgatando a contribuição destes sujeitos nas áreas social, econômica e política da história do Brasil. A Lei determina que os conteúdos referentes a História e Cultura Afro Brasileira sejam desenvolvidos em todos os âmbitos do currículo, sobretudo nas disciplinas voltadas para a Arte, Literatura e História.

Para cumprir o disposto na Lei as escolas necessitam contemplar no seu Projeto Político Curricular e regimento interno ações e estratégias pedagógicas voltadas para o desenvolvimento dos conteúdos da cultura e história afro brasileira. Além disso, é importante que a escola selecione livros didáticos que contemple tais temáticas de forma a garantir o desenvolvimento destes conteúdos determinados pela Lei 10.639. Desse modo, após a analise bibliográfica, analisamos o Projeto Político Curricular da escola Divina Providência, a fim de identificarmos se havia a inclusão da história e da cultura afro-brasileira e africana nos objetivos a serem alcançados nas séries iniciais do ensino fundamental da escola pesquisada.

3 Projeto Político Curricular: Uma análise documental com base na Lei 10.639/03

O Projeto Político Pedagógico é um documento de suma importância na construção do processo educativo, pois segundo Oliveira (2006) nele consta a finalidade da escola, currículo, processo de decisão, relações de trabalho e avaliação, entre outros componentes que serão de fundamental importância para o entendimento de como a temática sobre o negro está sendo levantada nesses documentos.

Neste viés, o Projeto Político Curricular da Escola ora pesquisada foi criado em 2015, tendo o período de vigência até o ano de 2019. A escola está localizada na Avenida 25 de agosto, nº 2321, bairro Eletroacre, na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre. Atende a clientela dos bairros São José, Formoso, Mutirão do quartel da PM, Cruzeirão entre outros bairros. A Instituição trabalha com as séries iniciais do ensino fundamental e funciona nos turnos da manhã e tarde com as turmas de 1º ao 4º ano, tendo o intuito de futuramente abrir uma turma de 5º ano, devido às demandas da comunidade.

O referido Projeto Político Curricular tem como objetivo valorizar a educação utilizando-a como um instrumento de interação social, oferecendo qualidade de ensino através da parceria entre pais, alunos e profissionais da educação. Assim, a Escola visa colaborar para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, priorizando a qualidade de ensino, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais destinados ao ensino fundamental, que ressalta os princípios básicos para a formação de cidadãos, tais como: princípios éticos, políticos e estéticos. Nesse sentido, cabe à equipe pedagógica planejar de acordo com a realidade vivenciada pela escola.

A Escola pesquisada tem o interesse de atender as necessidades da clientela, buscando garantir o padrão de qualidade nos serviços. Para tanto, de acordo com o Projeto Político Curricular a Escoa pretende desenvolver a criatividade das crianças, fazer com que elas adquiram hábitos de higiene pessoal, levando-as a participarem ativamente do meio em que estão inseridas, criar condições de assumirem responsabilidades e de conhecerem seus direitos e deveres. Assim, cabe aos professores criarem métodos pedagógicos para a efetivação dos objetivos propostos.

No que se refere à proposta pedagógica da disciplina de História, contida no Projeto Político Curricular da Escola, objeto desta pesquisa, os objetivos das séries iniciais de 1º ao 3º ano ressaltam a inclusão da História Afro-brasileira e Africana, de modo que esta seja trabalhada nos conteúdos escolares. Para o 1º ano das séries iniciais, o objetivo que atende a essa temática afirma que o aluno deverá ser capaz de:

> Identificar características de diferentes objetos envolvidos em jogos e brincadeiras pertencentes a cultura local, as culturas indígenas e Africanas

> no Brasil, no presente e em diferentes tempos, reconhecendo mudanças e permanências em seus elementos culturais. (PPC, 2015, p.33).

Neste enfoque, o professor deverá trabalhar com os educandos objetos que representem a cultura local, africana e indígena, resgatando a história desses povos e reconhecendo os seus valores culturais. Assim, para Ponciano (2011) ensinar História e Cultura afro-brasileira e africana significa envolver toda a comunidade escolar nas reflexões, debates e produção de saberes a respeito da pluralidade étnico racial, salientando o respeito às diferenças e a valorização dos povos negros.

Para Banks (2006), a educação multicultural designa que todo o público estudantil, independente do grupo a que pertencem possam vivenciar a igualdade educacional nas instituições escolares. Portanto, as escolas devem oferecer as mesmas oportunidades de acesso a um ensino de qualidade abrangendo toda a diversidade do alunado que ingressa na educação básica. Além disso, o docente deverá durante o processo de ensino e aprendizagem enfatizar o reconhecimento e a valorização das pluralidades culturais existentes na sociedade.

Em relação ao 2º ano, segundo o Projeto Político Curricular, o objetivo que se refere à inclusão da temática do negro, ressalta que o aluno poderá através de diversas atividades: "Identificar e estabelecer relações entre diferentes hábitos alimentares da comunidade e de outras localidades, tempos e culturas (sociedades indígenas, quilombolas. [...]), em diferentes ocasiões – cotidianas e festivas (2015, p.33)". Desse modo, os alunos serão capazes de compreender alguns costumes e práticas culturais de vários povos.

Desse modo, no que refere ao 3º ano, o objetivo que atende a temática sobre o negro, afirma que o aluno por meio das explicações e produções de atividades deverá: "Identificar a relação entre manifestações culturais na sociedade brasileira (festa junina, folclore, festa da primavera ou da arvore, Natal [...]) e em outras culturas - indígenas e quilombolas (2015, p.34)". Sendo assim, como explicita Silva Filho (2006):

> [...] a presença negra nas nossas manifestações culturais é muito mais marcante. Ela não ocorre unicamente nas manifestações esportivas e/ ou entretenimento, mas em todas as instâncias: nas linguagem falada, escrita e gestual; no vestuário; nas artes; na mentalidade; na filosofia de vida; nos sentimentos; na religiosidade; na musicalidade; nas relações pessoais e familiares. (p.129).

Nesse sentido, os alunos serão capazes de reconhecer a importância da cultura negra nas diversas manifestações sociais e culturais presentes na sociedade

brasileira. Não entanto, em relação ao 4º ano das séries iniciais, não há um objetivo específico que aponte com a Escola pretende trabalhar com a história e a cultura Afro-brasileira e Africana. Todavia, há objetivos que ressaltam que o docente poderá analisar com seus alunos questões relacionadas a formação cultural de diferentes povos desde a antiguidade até os dias atuais e trabalhar a diferença entre trabalho escravo e trabalho livre no Brasil, o que poderá ensejar uma importante reflexão sobre a temática abordada neste estudo.

Ainda no Projeto Político Pedagógico da Escola pesquisada, há um tópico que intitula-se Ações Educativas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, que ressalta a diversidade sociocultural da sociedade brasileira. Desse modo, o PPC (2015) afirma que a Escola tem ações voltadas para o estudo das relações étnico-raciais:

> [...] assim como o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena,focando principalmente na ampla diversidade sociocultural brasileira e conhecimento de vivências que contribuam para disseminar injustiças sociais e qualquer forma de preconceito e discriminação que recaiam sobre si e sobre o outro e para que o educando possa desenvolver atitudes de repúdio a essas práticas. Esta instituição aborda esta temática inserindo tais conteúdos dentro das áreas de conhecimento, por se tratar de um tema transversal, através de seqüências de atividades e projetos interdisciplinares que colaborem com a transformação de atitudes dos educando. (2015, p.47-48).

Dessa forma, o Projeto Político Curricular, objeto de nossa pesquisa, traz algumas abordagens nos objetivos que devem ser alcançados nas séries iniciais, no que tange a cultura do negro, todavia, de maneira bem sucinta, não se aprofundando nas questões históricas dos negros, mas apenas citando de forma muito breve. Segundo Silva Filho (2006), o trabalho com as culturas negras e afro-brasileiras deve propiciar um estudo amplo e aprofundado sobre a formação sociocultural destes povos e sobre sua organização enquanto grupo, de modo que os alunos compreendam o esforço empreendido pelos negros no sentido de manter sua cultura e sua identidade.

> Esses exemplos revelam que o negro escravizado não foi passivo nem muito menos totalmente massacrado pelo engenho perverso da escravidão, como nos é apresentado na literatura romântica do fim do século XIX, e início do século XX e em telenovelas. Mesmo os escravos criaram laços culturais, sociais e de solidariedade próprios, que lhes permitiram possíveis adequações, resistências, acomodações e barganhas com o sistema coercitivo de escravidão, como bem demonstram suas atuações nas Irmandades, nos quilombos e nas rebeliões escravas. (p.144).

O referido documento ainda destaca um subtópico a respeito da educação para as Relações Étnicorraciais, mas com apenas um parágrafo, não citando em nenhum momento a Lei 10.639/03, nem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Compreendemos que o Projeto Político Curricular deveria garantir um espaço mais amplo para a discussão da cultura afro-brasileira, como forma de cercar o professor e toda a equipe escolar de um referencial teórico-metodológico para o trabalho com a temática do negro no currículo escolar.

4 Conclusão

O presente artigo apresentou uma abordagem sobre a história dos negros no Brasil, destacando os processos de desigualdades raciais existentes devido ao sistema escravocrata instaurado durante séculos, o que refletiu negativamente nas relações sociais dos povos negros. Portanto, para que houvesse a inclusão do negro na sociedade, foi necessária a realização de várias manifestações sociais que garantissem a ascensão social dos negros, no que se refere, principalmente, ao acesso a uma educação de qualidade.

Nesse sentido, ocorreram vários movimentos negros que lutaram contra a discriminação racial existente no país e o racismo presente nas escolas. Como resultado dessas manifestações, foram criadas várias leis municipais que impediam as escolas de adotarem livros didáticos com visões depreciativas e discriminatórias com relação a estas minorias. Como uma das principais conquistas destes movimentos foi criada a Lei 10.639/03, que fundamenta e dá suporte aos demais pareceres no que se refere a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira.

No âmbito desta discussão, por meio da análise do Projeto Político Curricular da Escola pesquisada, constatamos que há a inclusão do tema em questão, destacando a importância das relações étnico-raciais e do levantamento de reflexões a respeito desse estudo na sala de aula, todavia, de maneira muito breve, não aprofundando muito sobre a temática dos povos negros.

Vale ressaltar que a Escola além de trabalhar a história e cultura dos negros, deve reconhecer os aspectos culturais dos povos indígenas e dos grupos sociais locais, dando enfoque a uma educação multicultural, que abarque a diversidade de culturas existentes em nossa sociedade. Para que o aluno possa identificar algumas características da cultura negra, é preciso que o docente faça uma abordagem sobre as sociedades quilombolas, que por sua vez, influenciaram na construção da cultura identitária nacional.

Nesse sentido, o docente ao trabalhar com esta temática poderá levantar reflexões sobre a história do negro no Brasil, desmistificando as ideias de que os negros não tinham quaisquer resistências contra o processo de escravização ao qual eram submetidos, ao contrário, estes povos mantinham importantes grupos de resistências organizados, com culturas e hábitos próprios. É possível levantar reflexões e críticas em sala de aula no que se refere às relações sociais construídas pelos negros, contribuindo assim para uma possível desconstrução de ideais eurocêntricos baseados na cultura do branqueamento, mas para que isso ocorra é preciso que tais ações sejam garantidas e legitimadas por meio do Projeto Político Curricular da escola.

5 Referências

BANKS, J.A. Reformando Escolas para implementar igualdade para diferentes grupos étnicos. **Cadernos PENESB**, nº7. Niterói/RJ: EdUFF, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 10.639** de 9 de janeiro de 2003. Brasília, 2003.

DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Universidade de São Paulo/USP: São Paulo, 2007.

GUIMARÃES, A. S. A. Democracia Racial. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Cadernos PENESB**, nº4. Niterói/RJ: EdUFF, 2002.

OLIVEIRA, I. Raça, Currículo e Práxis Pedagógica. In: OLIVEIRA, I. **Cadernos PENESB,** nº7. Niterói: EdUFF, 2006.

PINTO, R. P. A Questão Racial e a Formação dos Professores. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Cadernos PENESB**, nº4. Niterói: EdUFF, 2002.

PONCIANO, D.D. **A História e Cultura Afro- brasileiras no Currículo de História do 6º ao 9º ano da rede oficial do estado de São Paulo** – Presidente Prudente, 2011.

SEYFERTH, G. Racismo e o Ideário da Formação no Pensamento Brasileiro. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Cadernos PENESB** nº4. Niterói: EdUFF, 2002.

SILVA FILHO, J. B. História do Negro no Brasil. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Cadernos PENESB**, nº7. Niterói/RJ: EdUFF, 2006.

SILVA, D. M. A Educação Artística como forma de produção Humana. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Cadernos PENESB,** nº6. Niterói: EdUFF, 2006.